

Resolução 3102/21

Intervenções Ambientais



Resolução 3102/21

Intervenções Ambientais

Objetivo:

Complementar e regulamentar o Decreto nº 47.749/2019, definindo a documentação e os estudos necessários à instrução do requerimento de autorização para intervenção ambiental, e demais atos processuais relativos a intervenções ambientais.

Histórico

**12 de agosto
de 2013**
Resolução
Conjunta
Semad/IEF
nº 1.905

**16 de
outubro de
2013 –**
Lei nº 20.922

**11 de
novembro
de 2019 -**
Decreto nº
47.749

**19 de
novembro
de 2020 -**
Resolução
Conjunta
Semad/IEF
nº 3.022

Histórico



Histórico

9 de dezembro de
2020 –
Resolução Conjunta
Semad/IEF nº 3.031

Revoga a Resolução
Conjunta Semad/IEF
nº 3.022

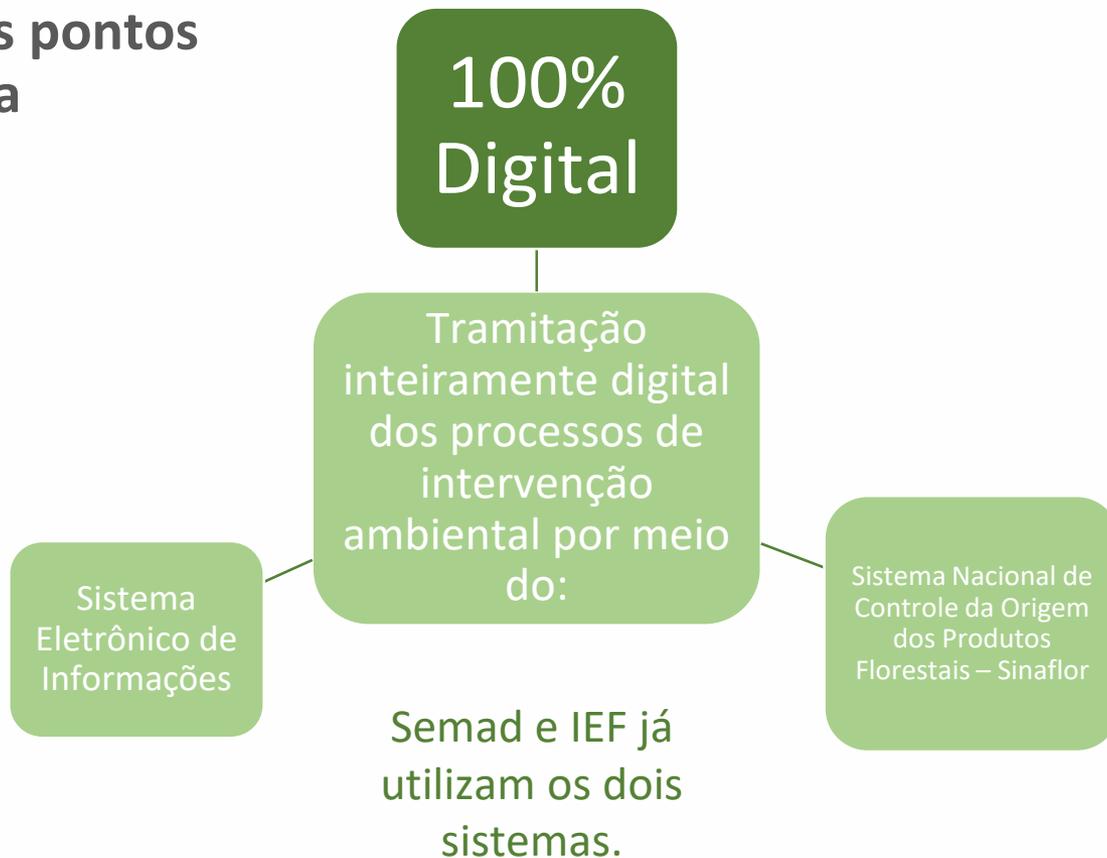
Ressalva

- A análise de impacto regulatório elaborada para edição da Res. Conj. Semad/IEF nº 3.022, de 2020, não abordou todos os aspectos necessários previstos no Anexo I da Resolução Conjunta Semad/Arsae/Feam/IEF/Igam nº 2.953, de 2020, em especial possíveis consequências negativas no âmbito da temática fauna, o que pode impactar sobremaneira os processos de licenciamento ambiental e de intervenções ambientais no âmbito do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - Sisema;



Inovações da Norma

Principais pontos da Norma



OTIMIZAÇÃO

Requerimento de intervenção ambiental realizado por empreendimento, ainda que englobe mais de uma matrícula ou imóvel.

Alinhamento quanto a formalização dos processos por imóvel, e não por matrícula.

Redução da quantidade de processos;
Maior eficiência de análise.

PADRONIZAÇÃO

Esclarecimento quanto ao momento de solicitação da intervenção.

Intervenção ambiental poderá ser requerida em qualquer etapa nos processos vinculados a LAC e LAT, bem como em suas renovações, exceto na etapa de Licença Prévia, uma vez que não há vinculação entre intervenção e etapa de licenciamento.

Maior clareza às situações em que é cabível adendo ou nova autorização.

PREVISIBILIDADE

Definição dos documentos, taxas e estudos de forma clara

Redução de dúvidas e insegurança para formalização e análise de processos e unificação de procedimentos entre Semad e IEF para análise e emissão de Autorização para Intervenção Ambiental.

Redução da necessidade das solicitações de informações complementares.

Resultados da Norma:

- Maior clareza
- Previsibilidade para o administrado
- Maior assertividade na apresentação e análise de documentos (**análise de alternativa técnica e locacional**).

Simple Declaração - o agricultor familiar poderá solicitar apoio à URFBio para sua protocolização.



Inovação

- **Possibilidade de vistorias remotas**

Realização de vistorias remotas em situações que não demandem necessidade de conferência dos estudos ambientais, ou em locais de risco à segurança dos técnicos e analistas.



- **Diretrizes para a fixação de condicionantes.**

Necessidade de elaboração do Termo de Compromisso de Compensação Florestal - TCCF - somente nos casos em que há a exigência de averbação da área de compensação na matrícula de registro de imóveis, podendo ser condicionada nos demais casos.

Parametrização do número de exemplares para fins de compensação pelo corte de espécies ameaçadas de extinção.



Padronização e previsibilidade

Estabelecimento de procedimento para prorrogação de licenças.

Estabelece a forma de aplicação da prorrogação do prazo de validade da autorização para intervenção ambiental vinculada a processo de licenciamento, esclarecendo a forma de operacionalização desta prorrogação nos sistemas usados para controle de crédito ambiental bem como do seu registro nos processos de licenciamento ambiental.



Flora



REGRAS PARA EXIGÊNCIA DE ESTUDOS DE FLORA:

Manutenção da dispensa de inventário florestal para intervenções em áreas inferiores a 10 ha;

Diferenciação de estudos conforme tipologia de vegetação e fatores restritivos (área prioritária para conservação da biodiversidade considerada de importância biológica “extrema” ou “especial”).

Redução e discricionariedade

Anteriormente, tal exigência era facultada ao órgão ambiental competente, mediante análise e assim houve a redução da discricionariedade.



Fauna



Histórico

DEZEMBRO 2011



Publicação da Lei Complementar nº 140/201

Atribui competência do Estado o uso e manejo de fauna silvestre.

JUNHO 2013



Assinatura do Acordo de Cooperação Técnica

Para a Gestão Compartilhada dos Recursos Faunísticos de Minas Gerais firmados entre o IBAMA/MG, a Semad e o IEF.

- 
- **Regras quanto a exigência de estudos de fauna para as solicitações de intervenção com supressão de vegetação.**

Anteriormente não havia definição, o que causava insegurança entre os técnicos e divergência de procedimentos nas regionais;

A depender da localização e tamanho da área a ser intervinda, poderão ser exigidos estudos baseados em dados primários (coletados em campo), considerando no mínimo um ciclo hidrológico completo;

A norma dispensa estudos de fauna para intervenções em áreas inferiores a 10 ha, excetuados nos casos de EIA/RIMA;

Tal medida garante maior tutela da fauna e redução de discricionariedade;

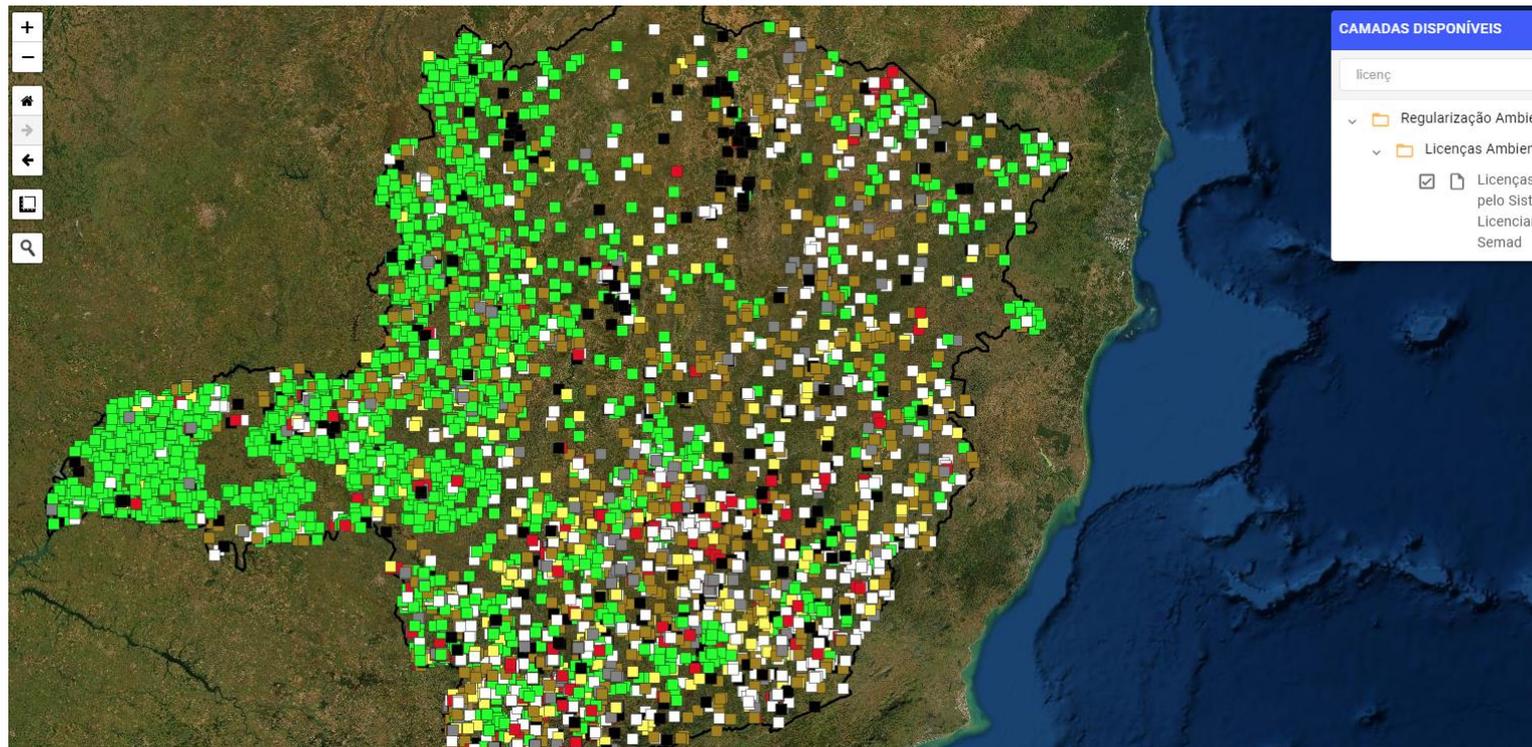
Possibilidade de aproveitamento de dados primários dos estudos já realizados.



Após revogação da Resolução Conjunta Semad/ IEF nº 3.022/2020, foram pensadas alternativas, sendo trazidas as seguintes alterações:

- a) possibilidade de substituição dos estudos primários por estudos secundários;
- b) o agricultor familiar continua dispensado da apresentação dos estudos de fauna. (Para supressão acima de 10 ha em áreas prioritárias para conservação da biodiversidade consideradas de importância biológica “extrema” ou “especial” o estudo será obrigatório).

Disponibilização dos dados primários de fauna junto a plataforma IDE-Sisema





AGRADECEMOS!

suram@meioambiente.mg.gov.br

dg.ief@meioambiente.mg.gov.br